



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

Trata-se do processo de chamamento público para credenciamento de empresa para fornecimento de curso de especialização e atualização para condutor de veículos de emergência (CVE), juntamente as respectivas provas teóricas aos motoristas da Central de Veículos, que fazem o transporte dos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde de São Borja/RS.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

Item	Quantidade	Descrição / Especificação	Carga horária
01.	06 (seis)	Cursos de formação - Curso de especialização para condutor de veículo de emergência (CVE).	50 horas/aula
02.	06 (seis)	Provas teóricas do curso de especialização para condutor de veículo de emergência, na modalidade presencial.	Não há.
03.	15 (quinze)	Curso de atualização - Curso de especialização para condutor de veículo de emergência (CVE).	16 horas/aula

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. As empresas cadastradas deverão realizar o curso no mês de julho de 2024 devido à emergencialidade da demanda, e a vigência será de **30 (trinta) dias**, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- () bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
() bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
(X) serviços comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
() serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II
DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O credenciamento se faz necessário para atender a demanda dos serviços prestados pelos condutores de transporte de emergência, que transportam diariamente inúmeros pacientes atendidos pela Secretaria



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Municipal de Saúde, do município de São Borja/RS. Com isso, para que não haja a interrupção dos serviços prestados, torna-se fundamental a realização do Curso de Condutor de Veículos de Emergência (CVE), que será voltado aos motoristas que atuam nos serviços de emergência através do uso das ambulâncias de urgência e emergência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução proposta é o credenciamento de empresa especializada para a realização de cursos de capacitação para condutores de transporte de emergência aos 21 (vinte e um) servidores motoristas, sendo que 06 (seis) deverão realizar o Curso de Condutor de Veículos de Emergência (CVE), mais as suas respectivas 06 (seis) provas presenciais, e 15 (quinze) que deverão atualizá-lo. Os motoristas que realizarão a referida capacitação transportam diariamente inúmeros pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, do município de São Borja/RS.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O credenciamento de empresa para fornecimento de curso para condutores de veículo de emergência (CVE) têm natureza de serviços comuns haja vista seus padrões de desempenho e qualidade, por isso podem ser objetivamente definidos pelo edital através de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. Dessa forma, o Centro de Formação de Condutores deve estar em concordância com todas as Leis, Decretos, Normas e Diretrizes que regulamentam a prestação de cursos especializados o em nível municipal, estadual e federal.

A forma de contratação pretendida para o presente objeto será através de edital de Chamamento Público, utilizando-se do procedimento auxiliar exposto no art. 78, I, da Lei nº 14.133/2021 que rege as licitações e contratos administrativos. Por fim, para o fornecimento dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da referida Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal nº 20.106/2023, que regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O curso de Condutor de Veículos de Emergência (CVE) deverá ser ofertado apenas por Centros de Formação de Condutores – CFCs, por se tratar de curso especializado que possui regulamentação através do Código de Trânsito Brasileiro, da Resolução do CONTRAN nº 789 de 2020 que normatiza o processo de formação de condutores de veículos automotores, e de demais legislações vigentes. Portanto, não existe outra forma de capacitação dos servidores motoristas que necessitam realizar o curso de formação senão por meio de aulas, tanto na modalidade presenciais ou EAD, nas instituições ora mencionadas.

A credenciada deverá disponibilizar aos servidores que realizarão a capacitação todo o espaço, materiais, máquinas e materiais didáticos para a realização do referido curso. Ao final, a credenciada deverá realizar a entrega de certificação aos servidores capacitados em, no máximo, até **30 (trinta) dias** após o encerramento do curso.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO:

O prazo de execução dos serviços serão até a finalização dos cursos que capacitarão aos motoristas, que correspondem a 50 horas/aula para o curso de especialização para condutor de veículo de emergência; e de 16 horas/aula para os cursos de atualização para condutor de veículo de emergência.

8.2. LOCAL E HORÁRIO:

Os serviços deverão ser prestados da unidade da empresa credenciada no caso de curso presencial, ou em caso de capacitação na modalidade EaD, a mesma deverá ser realizada através de plataforma digital com o uso pelo aluno de notebook, computador ou celular.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) realizar os serviços constantes no objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

Conforme a especificação dos serviços, não há prazos de garantia.

CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

12.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. A responsável pela fiscalização do contrato será a servidora Helen Martins Toso Kreutz, Agente Administrativa Auxiliar, matrícula 2136, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – Central de Veículos, e sua substituta será Elisangela Dornelles, Diretora de Transportes da Secretaria Municipal de Saúde, nomeada através do Decreto nº 20.547/2024. Ambas as servidoras atenderão através do e-mail institucional: centraldeveiculossb@gmail.com.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita para os serviços, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - I a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II as peculiaridades do caso concreto;
 - III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 10 (dez) dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.
 - 15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 10 (dez) dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.
- 15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.
- 15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
 - I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.
- 15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.
- 15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

16.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da nota fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho e por meio de depósito bancário.

**CAPÍTULO VI
FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. A forma de contratação pretendida para a realização dos serviços constantes no objeto será através de Chamamento Público, utilizando-se do procedimento auxiliar exposto no art. 78, I, da Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos.

17.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento a ser adotado.

17.3. O presente credenciamento trata-se de hipótese de contratação paralela e não excludente. Desse modo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, será adotado como critério objetivo de distribuição da demanda a divisão do quantitativo total dos cursos (CVE), conforme o número de credenciado para cada objeto, salvo em casos em que o credenciado não puder disponibilizar a agenda na quantia definida.

17.3.1. A realização do curso de veículo de emergência (CVE) se dará através de ordem prioritária dos condutores que mais necessitam, ou seja, terão prioridade na realização do CVE, aqueles motoristas que não possuem o curso, ou que estão com a vigência mais próxima do seu vencimento. A medida será adotada a fim de não impactar o transporte de urgência e emergência dos pacientes que são atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a) identificação do proponente (Razão Social e CNPJ).
- b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e) assinatura do responsável legal da empresa.

18.1 AMOSTRA

(X) Não () Sim

18.2 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(X) Não () Sim

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

() Sim (X) Não

19.2 VISTORIA

(X) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

19.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Serão aplicadas a Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos, a Resolução do CONTRAN nº 970/2022, que versa a respeito do serviço de deslocamentos realizados pelos veículos de emergência, e, por último, a Resolução do CONTRAN nº 168/2004 que especifica os conteúdos que devem ser ministrados nos cursos de Condutores de Veículos de Emergência (CVE), que são aulas sobre legislação de trânsito, direção defensiva, noções de primeiros socorros, respeito ao meio ambiente e convívio social e relacionamento interpessoal.

19.4 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Não se aplica tratamento diferenciado as ME e as EPP.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Valor unitário	Valor total
1.	06 (seis)	UNI	Cursos de formação - Curso de especialização para condutor de veículo de emergência (CVE), com 50 horas/aulas.	R\$ 542,35	R\$ 3.254,10
2.	06 (seis)	UNI	Prova teórica do curso de especialização para condutor de veículo de emergência, na modalidade presencial.	R\$ 51,16	R\$ 306,96
3.	15 (quinze)	UNI	Curso de atualização - Cursos de especialização para condutor de veículo de emergência (CVE), com 16 horas/aulas.	R\$ 174,75	R\$ 2.621,25

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Helen Martins Toso Kreutz
Agente Administrativa Auxiliar
Matrícula nº 2136

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas pretendidas encontra-se alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes de recurso municipal - ASPS.

21.2. Dotação orçamentária da contratação:

Órgão: 10

Unidade: 04



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10
Programa: 0155
Projeto/Atividade: 2103
Elemento: 3.3.90.390.00.00.00
Recurso: 500

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

São Borja/RS, 28 de maio de 2024.

Helen Martins Toso Kreutz
Agente Administrativa Auxiliar
Matrícula nº 2136

Sabrina Loureiro
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 18.419/2020

() Defiro

() Indefiro

Eduardo Bonotto
Prefeito de São Borja/RS